



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

TERMO DE REFERÊNCIA

(Art. 6º, inciso XXIII, da Lei n.º 14.133/2021)

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo estabelecer as diretrizes e especificações técnicas para a contratação de serviços, aquisição de bens ou execução de obras, conforme a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021).

1.2. É o documento necessário para a contratação de bens e serviços que deve conter os parâmetros e elementos descritivos previamente estabelecidos em legislação pertinente, sendo documento constitutivo da fase preparatória da instrução do processo de licitação.

2. DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “a” e “i”)

2.1. A presente contratação visa à **Contratação de empresa especializada para o preparo e fornecimento de refeições prontas como self – service e marmitex, fornecimento de mão de obra de profissionais qualificados destinados ao preparo e manipulação de alimentos em eventos, locação de utensílios de mesa e copa, destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias e setores da Administração Pública do Município de Borrazópolis – PR**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote – (Participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte)

Tratamento diferenciado para empresas LOCAIS e REGIONAIS

Fornecimento de refeições prontas como Self – Service e Marmitex.

Lote	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
------	-----------	-------	--------	-------------	-------------



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

01	Fornecimento de refeições/almoço a ser servido no sistema self-service, com arroz, feijão, carnes, sendo frango a passarinho e bife bovino acebolado, macarrão ao molho vermelho e alho e óleo, purê de batata, farofa, maionese, e saladas variadas. incluso 01 (um) refrigerante lata até 350 ml.	Unid.	300	R\$ 51,72	R\$ 15.516,00
02	Marmitex grande , contendo arroz, feijão, macarrão, frango a passarinho, bife bovino acebolado ou carne de panela, purê de batata, legumes refogados e salada (com aproximadamente 1100 gramas).	Unid.	300	R\$ 29,25	R\$ 8.775,00
03	Marmitex média , contendo arroz, feijão, macarrão, frango a passarinho, bife bovino acebolado ou carne de panela, purê de batata, legumes refogados e salada (com aproximadamente 750 gramas).	Unid.	900	R\$ 25,96	R\$ 23.364,00
04	Marmitex pequena contendo arroz, feijão, macarrão, frango a passarinho, bife bovino acebolado ou carne de panela, purê de batata, legumes refogados e salada. (com aproximadamente 500 gramas).	Unid.	300	R\$ 23,35	R\$ 7.005,00
Total					R\$ 54.660,00

Lote – (Participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte)

Tratamento diferenciado para empresas LOCAIS e REGIONAIS

Fornecimento de mão de obra de profissionais qualificados destinados ao preparo e manipulação de alimentos em eventos.

Lote	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
05	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços para o preparo dos seguintes pratos: Pratos Frios: Salada verde; Salada de tomate com cebola; Salada de repolho com abacaxi; tabule e Maionese. Prato Quente:	Unid.	1.500	R\$ 10,00	R\$ 15.000,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

<p>Creme de milho, Rondelli ou Lasanha.</p> <p>Acompanhamentos:</p> <p>Arroz branco ou temperado; feijão carioca ou feijão gordo/temperado com embutidos; farofa temperada; macarronada ao molho bolonhesa ou molho branco.</p> <p>Carnes:</p> <p>Carne bovina: bifes a rolê, strogonoff, bife à milanesa, carne ao molho madeira, carnes assadas e recheadas; Ave: coxa e sobrecoxa assadas com batata, filé de frango à milanesa; Peixe: assado, à milanesa e ao molho.</p> <p>A equipe mínima a ser disponibilizada deverá ser composta por, no mínimo, 01 (uma) profissional na função de cozinheira e 02 (duas) auxiliares de cozinha, devidamente qualificadas para o desempenho das atividades inerentes ao preparo e manipulação de alimentos, em conformidade com as normas vigentes aplicáveis.</p> <p>A unidade de medida corresponde ao preparo de refeição por pessoa.</p> <p>Obs. 1: A execução do serviço se trata somente do fornecimento da mão de obra para a elaboração do cardápio previsto, os alimentos serão fornecidos pela administração.</p> <p>Obs. 2: Deverão ser entregues os utensílios utilizados para o preparo dos alimentos, bem como os pratos, talheres, taças e copos utilizados pelos convidados do evento, devidamente limpos e higienizados.</p>				
Total				R\$ 15.000,00

Lote – (Participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte)

Tratamento diferenciado para empresas LOCAIS e REGIONAIS

KIT UTENSÍLIOS

Locação de utensílios de mesa, compreendendo toalhas, talheres, pratos, copos e demais



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

itens necessários.

Lote	Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
06	01	Enfeites de mesa para decoração: Locação de enfeites decorativos adequados para ambientação de mesas em eventos institucionais.	Unid.	200	R\$ 23,33	R\$ 4.666,00
	02	Pratinhos de sobremesa: Locação de pratinhos em porcelana, cor branca para serviço de alimentos, com dimensões compatíveis para sobremesas. Limpos, higienizados, embalados e em perfeitas condições de uso.	Unid.	500	R\$ 1,37	R\$ 685,00
	03	Prato de refeição tipo almoço/jantar: Locação de pratos em porcelana, cor branca para serviço de alimentos. Limpos, higienizados, embalados e em perfeitas condições de uso.	Unid.	500	R\$ 1,47	R\$ 735,00
	04	Taças para suco: Locação de taças em vidro para o serviço de bebidas frias. Limpos, higienizados, embalados e em perfeitas condições de uso.	Unid.	500	R\$ 1,50	R\$ 750,00
	05	Talher - Garfo: Locação de garfos em inox adequado para uso alimentar, resistentes e apropriados para eventos. Limpos, higienizados, embalados e em perfeitas condições de uso.	Unid.	500	R\$ 1,10	R\$ 550,00
	06	Talher - Faca: Locação de facas em inox adequado para uso alimentar, resistentes e apropriados para eventos. Limpos, higienizados, embalados e em perfeitas condições de uso.	Unid.	500	R\$ 1,10	R\$ 550,00
	07	Toalhas de mesa: Locação de toalhas de mesa em tecido apropriado para uso em eventos.	Unid.	200	R\$ 15,44	R\$ 3.088,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

08	Xícaras para café com leite: Locação de xícaras em porcelana, cor branca. Limpos, higienizados, embalados e em perfeitas condições de uso.	Unid.	500	R\$ 2,79	R\$ 1.395,00
09	Rechaud – Locação de Rechaud para conservação e aquecimento de alimentos, confeccionado em aço inoxidável, resistente e de fácil higienização, com duas cubas, tampa e suporte estável, além de sistema de aquecimento por combustível (gel/pasta) ou elétrico. O produto deve ser seguro, de fácil manuseio e atender às normas de qualidade vigentes.	Unid.	15	R\$ 51,93	R\$ 778,95
10	Guardanapo: Locação de guardanapo de mesa em tecido apropriado para uso em eventos.	Unid.	500	R\$ 1,37	R\$ 685,00
11	Bandejas com Pegadores: locação Bandejas com Pegadores em inox formato oval adequada para servir alimentos.	Unid.	30	R\$ 19,00	R\$ 570,00
12	Arranjo Decorativo Grande – Locação de arranjo decorativo de grande porte, destinado à ornamentação de ambientes institucionais. O tipo, estilo e composição do arranjo serão definidos pelo organizador do evento, conforme a necessidade e característica da ocasião.	Unid.	10	R\$ 133,33	R\$ 1.333,30
Total					R\$ 15.786,25

2.2. Valor total estimado para a contratação **R\$ 85.446,25 (oitenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e vinte e cinco centavos).**

2.3. Nos valores acima estão compreendidos, além do lucro, encargos, tributos, todas e quaisquer despesas de responsabilidade da empresa direta ou indiretamente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

2.4. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, dada a natureza geral de seu objeto, uma vez que traz padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

2.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme o Decreto Municipal n.º 26/2025.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, “b”)

3.1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico do Documento de Formação de Demanda – DFD e no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “c”)

4.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

Dos elementos/serviços que compõem o objeto:

Do ciclo de vida do objeto.

4.2. A análise do ciclo de vida do objeto é uma etapa fundamental na gestão de contratações públicas, conforme estabelece a Lei n.º 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos), pois permite uma visão abrangente dos custos, impactos e responsabilidades associados à prestação do serviço contratado.

4.3. No presente caso, o ciclo de vida refere-se ao conjunto de etapas relacionadas ao preparo, acondicionamento, transporte, distribuição e fornecimento das refeições prontas nas modalidades self-service e marmitex, bem como à disponibilização e utilização de mão de obra qualificada, além da locação, uso, higienização e devolução dos utensílios de mesa necessários ao atendimento das demandas da Administração Pública Municipal.

4.4. As refeições a serem fornecidas possuem ciclo de vida curto e consumo imediato, devendo ser preparadas e disponibilizadas com rigorosos padrões de qualidade, higiene e pontualidade, sendo destinadas ao atendimento das demandas das diversas Secretarias e setores da Administração Pública, especialmente em eventos, ações institucionais e atividades que demandem suporte alimentar adequado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

4.5. As etapas do ciclo de vida do objeto incluem:

- a) Planejamento e Contratação, que compreende o processo licitatório, definição do escopo dos serviços, estimativa de quantitativos, pesquisa de preços e seleção de empresa especializada, em conformidade com as exigências legais e sanitárias aplicáveis.
- b) Preparo das Refeições, que deverá ser realizado pela contratada em instalações adequadas e regularizadas, observando rigorosamente os padrões de qualidade, higiene, segurança alimentar e critérios nutricionais estabelecidos.
- c) Disponibilização de Mão de Obra e Estrutura, envolvendo profissionais qualificados para o preparo, manipulação e distribuição dos alimentos, bem como a organização necessária para atendimento em eventos e ações institucionais.
- d) No que se refere especificamente ao lote de fornecimento de mão de obra, o ciclo de vida contempla a seleção, disponibilização, alocação e substituição de profissionais qualificados, bem como o acompanhamento de sua atuação durante a execução dos serviços, incluindo o cumprimento de normas de higiene, uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e observância das boas práticas de manipulação de alimentos.
- e) Inclui-se ainda a etapa de Transporte, Montagem e Execução dos Serviços, contemplando a entrega das marmitas em condições adequadas de conservação térmica e, no caso do self-service, a disponibilização de estrutura apropriada para consumo imediato, com organização e suporte operacional.
- f) Para o lote de locação de utensílios, o ciclo de vida compreende as etapas de separação, transporte, disponibilização, montagem, utilização durante os eventos, recolhimento, higienização adequada e armazenamento dos itens, garantindo sua conservação e reutilização em condições apropriadas.
- g) Utilização e Atendimento ao Usuário, na qual as refeições são consumidas durante eventos, reuniões e atividades institucionais, influenciando diretamente na qualidade do atendimento e na satisfação dos participantes.
- h) Por fim, contempla-se a etapa de higienização, recolhimento e destinação de resíduos, que envolve a limpeza adequada dos utensílios locados, o recolhimento dos materiais utilizados e o descarte ambientalmente correto dos resíduos gerados, em conformidade com as normas sanitárias e ambientais vigentes. No caso de utensílios reutilizáveis, deverá ser garantido seu recolhimento e devolução à contratada, com posterior higienização em condições apropriadas, de modo a assegurar sua reutilização com segurança, evitar desperdícios e promover práticas sustentáveis.

4.6. O gerenciamento eficiente de todas essas etapas assegura a qualidade dos serviços, a segurança alimentar, a conformidade legal e a adequada aplicação dos recursos públicos.

Da garantia de qualidade do objeto



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

4.7. A garantia da qualidade dos serviços contratados é condição essencial para assegurar a segurança alimentar, a eficiência operacional e a adequada prestação dos serviços às diversas Secretarias do Município. A exigência de padrões rigorosos visa atender às normas sanitárias, técnicas e legais vigentes, bem como resguardar o interesse público, garantindo que todas as etapas do objeto — preparo e fornecimento das refeições, disponibilização de mão de obra e locação de utensílios — sejam executadas com excelência.

4.8. As refeições deverão ser preparadas por empresa devidamente registrada e autorizada pelos órgãos competentes, em ambientes apropriados e em conformidade com as boas práticas de manipulação de alimentos. Os cardápios deverão ser balanceados, variados e compatíveis com as necessidades dos usuários, respeitando os critérios estabelecidos contratualmente.

4.9. A empresa contratada será responsável por assegurar que os alimentos fornecidos estejam próprios para o consumo, observando condições adequadas de higiene, acondicionamento, temperatura e conservação, sendo vedado o fornecimento de itens em desacordo com os padrões exigidos.

4.10. No que se refere à execução dos serviços, a empresa contratada deverá garantir que todos os profissionais disponibilizados possuam qualificação compatível com as atividades desempenhadas, incluindo capacitação em boas práticas de manipulação de alimentos, higiene pessoal e segurança alimentar, devendo ainda assegurar substituição imediata em caso de ausência ou desempenho inadequado.

4.11. Quanto à locação de utensílios, estes deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente higienizados e em quantidade suficiente para atender às demandas, assegurando padronização e qualidade no atendimento. Os utensílios locados deverão atender a padrões mínimos de qualidade, durabilidade e apresentação, sendo vedado o fornecimento de itens danificados, incompletos ou em desacordo com as condições de uso exigidas.

4.12. A fiscalização por parte da Administração Municipal poderá realizar inspeções, solicitar amostras, testes de qualidade e, quando necessário, análises laboratoriais, sempre que houver indícios de irregularidades.

4.13. A contratada deverá manter registros que possibilitem a rastreabilidade dos insumos e serviços prestados, contribuindo para maior controle e segurança.

4.14. O descumprimento dos critérios de qualidade poderá ensejar a aplicação de sanções contratuais, incluindo a substituição imediata dos itens em desconformidade e, em casos mais graves, a rescisão contratual, conforme previsto na legislação vigente.

4.15. Dessa forma, garantir a qualidade do objeto contratado significa proteger a saúde dos usuários, assegurar a eficiência dos serviços prestados e promover a adequada aplicação dos recursos públicos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

4.16. Os profissionais deverão apresentar-se devidamente uniformizados, identificados e em conformidade com as normas sanitárias, sendo obrigatória a utilização de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), quando aplicável.

4.17. A contratada deverá assegurar a reposição imediata de utensílios que apresentem defeitos, avarias ou condições inadequadas de uso, sem ônus adicional para a Administração.

4.18. A fiscalização contratual poderá avaliar separadamente o desempenho de cada lote, verificando o cumprimento das obrigações relativas ao fornecimento de refeições, à prestação de serviços de mão de obra e à locação de utensílios, podendo aplicar medidas corretivas específicas conforme a natureza da irregularidade constatada.

4.19. A adequada gestão integrada dos três lotes assegura maior eficiência na execução contratual, permitindo que cada componente do objeto seja tratado de forma especializada, sem prejuízo da harmonia e complementaridade entre os serviços, garantindo assim a qualidade, a continuidade e a efetividade do atendimento às demandas da Administração Pública Municipal.

Da Padronização dos serviços que integram o objeto

4.20. Os serviços/fornecimentos não compreendem o catálogo de Padronização inseridos na Portaria SEGES n.º 938/2022.

4.21. Conforme estabelece o inciso II do art. 19 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, este item poderá ser adotado conforme descrição apresentada.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’ da Lei n.º 14.133/21)

5.1. Dos critérios de sustentabilidade

Práticas para reduzir os impactos ambientais

- i. Reutilização de resíduos vegetal e animal;
- ii. Aumentar a eficiência do uso da água;
- iii. Combate ao desmatamento;
- iv. Aumento da biodiversidade;
- v. Uso de energias de fontes renováveis.

5.2. O retorno dos investimentos em atividades sustentáveis não é perceptível no curto prazo. E, a cada ano, é necessário estabelecer novas metas e mostrar a evolução das suas



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

práticas. O mais importante é que o comprometimento dessas práticas se inicie na liderança da organização. Nesse sentido, proprietários/sócios precisam assumir um compromisso de longo prazo com ações sustentáveis, mesmo que isso implique em maiores custos no curto prazo. E, a partir da liderança, é necessário o alinhamento/engajamento de todas as metas com as equipes internas e externas. Nenhuma empresa sozinha vai conseguir por mérito próprio erradicar completamente todas as questões ambientais e sociais que o seu negócio impacta. A parceria externa é fundamental.

Da Subcontratação

5.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Do Parcelamento

5.4. O objeto será licitado e contratado por lote e executado de forma parcelada, visando atender as necessidades da secretaria demandante, conforme solicitação de despesa ou nota de empenho.

Do orçamento Sigiloso

5.5. Não será adotado o orçamento sigiloso.

Da exigência de amostra

5.6. Não há necessidade de apresentação de amostra.

Garantia da contratação

5.7. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

Da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD

5.8. As partes deverão cumprir a Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

5.9. Na execução do objeto devem ser observados pela CONTRATADA os ditames da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, notadamente os relativos às medidas de segurança e controle para proteção dos dados pessoais a que tiver acesso mercê da relação jurídica estabelecida, mediante adoção de boas práticas e de mecanismos eficazes que evitem acessos



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados.

5.10. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

5.11. O tratamento desses dados pelo setor público prescinde de consentimento do titular (art. 7º, III), inclusive para eventual compartilhamento (art. 26, § 1º, IV, c/c art. 27, III), e a sua utilização ficará limitada às atividades decorrentes da execução contratual na forma deste instrumento, bem como de obrigações legais, sob pena de incidência das sanções legais e das previstas neste instrumento, além da responsabilização administrativa, civil e criminal, observado o devido processo que assegure a ampla defesa e o contraditório.

5.12. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

5.13. A CONTRATADA obriga-se a dar conhecimento formal a seus prepostos, empregados ou colaboradores das disposições relacionadas à proteção de dados e a informações sigilosas, na forma da Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), em razão do vínculo mantido, na hipótese de dano patrimonial, moral, individual ou coletivo decorrente de violação à legislação de proteção de dados pessoais ou de indevido acesso a informações sigilosas ou transmissão destas por qualquer meio, a responsabilização dar-se-á na forma dessas legislações.

5.14. Os colaboradores devem assinar termo de compromisso de confidencialidade e manutenção de sigilo.

5.15. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

5.16. A CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados, prestando, no prazo fixado pela CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

5.17. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados) por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

Do requisito geográfico



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

5.18. No que se refere aos Lotes 01, 02, 03 e 04 – fornecimento de refeições prontas nas modalidades self-service e marmitex será condição de aceitação da proposta na fase de julgamento que a licitante providencie/comprove após a declaração de vencedora no certame, sob pena de desclassificação, a localização do estabelecimento onde a proponente executará os serviços de fornecimento, contudo, deverá estar obrigatoriamente situado no perímetro urbano do Município de Borrazópolis/PR, sendo vedada a execução dos serviços em local diverso, podendo a empresa se utilizar-se de aplicativos da internet para tal comprovação. O referido estabelecimento ficará sujeito à inspeção e validação pelo fiscal do contrato, a qualquer tempo, para fins de comprovação das condições informadas.

5.19. A CONTRATADA deverá executar os serviços objeto do presente contrato em estabelecimento próprio, devidamente estruturado e adequado para o fornecimento de alimentos, em estrita observância às normas sanitárias, de saúde e segurança do trabalho vigentes, bem como às disposições dos órgãos reguladores competentes.

5.20. O estabelecimento indicado para a execução dos serviços deverá possuir todas as licenças, alvarás e autorizações exigidas pela legislação aplicável, incluindo, mas não se limitando, à licença sanitária vigente, responsabilizando-se a CONTRATADA pela manutenção de sua regularidade durante toda a vigência contratual.

5.21. O não atendimento do requisito, bem como a apresentação de documentação insuficiente ou em desconformidade com as exigências estabelecidas, caracterizará descumprimento de obrigação contratual, sujeitando a CONTRATADA à aplicação das sanções administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente, especialmente da Lei n.º 14.133/2021, e das disposições previstas no edital e na Ata de Registro de Preços, sem prejuízo da possibilidade de cancelamento do registro e demais cominações legais.

5.22. O critério físico-espacial exigido se justifica em face ao princípio da economicidade, que vem expressamente previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal e representa, em síntese, na promoção de resultados esperados com o menor custo possível, tratando-se da obtenção do melhor resultado estratégico possível de uma determinada alocação de recursos financeiros, econômicos e/ou patrimoniais em um dado cenário socioeconômico, para se obter a melhor proposta para a efetuação da despesa pública, isto é, se o caminho perseguido foi o melhor e mais amplo, para chegar-se à despesa e se ela fez-se com modicidade, dentro da equação custo-benefício.

5.23. Ante todo o exposto, infere-se que o princípio constitucional da economicidade da gestão de recursos e bens públicos autoriza o ente político-administrativo encarregado do específico e peculiar afazer hermenêutico constitucional dos elementos de fato informadores dos diversos processos subjetivos de tomadas de decisão de gastos/investimentos públicos “vis-à-vis” o conjunto objetivo dos resultados alcançáveis, qualificando-os, efetiva ou potencialmente, como ganhos ou perdas sociais, evitando-se, desse modo, a despesa pública antieconômica e a consequente perpetração, muitas vezes irremediável prejuízo social.



6. EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021)

Especificações Gerais

Fornecimento de refeições prontas como Self – Service:

- 6.1. A alimentação fornecida deverá ser preparada por mão de obra qualificada, no mesmo dia do consumo, assegurando o pleno atendimento às normas de higiene, manipulação e conservação dos alimentos, em conformidade com a legislação sanitária vigente, especialmente a Resolução RDC n.º 216/2004 da ANVISA.
- 6.2. Os gêneros alimentícios utilizados deverão ser de comprovada qualidade, dentro do prazo de validade e em conformidade com o Código Sanitário e o Código de Defesa do Consumidor, estendendo-se tais exigências aos fornecedores da CONTRATADA. Constatada qualquer irregularidade, a Administração poderá exigir a substituição imediata dos produtos, sem ônus adicional.
- 6.3. As refeições deverão ser acondicionadas em recipientes apropriados que assegurem a manutenção da temperatura ideal para consumo, devendo apresentar variedade e qualidade compatíveis com os padrões exigidos.
- 6.4. No fornecimento de refeições (almoço/jantar) no sistema self-service, deverá estar incluído 01 (um) refrigerante em lata de 350 ml por refeição servida, gelada ou temperatura ambiente conforme solicitado.
- 6.5. A contratada deverá disponibilizar estabelecimento físico adequado, regularizado e em pleno funcionamento, destinado ao preparo, acondicionamento, exposição e fornecimento de refeições na modalidade self-service, observando integralmente as normas sanitárias, de segurança alimentar, acessibilidade, higiene e funcionamento previstas na legislação federal, estadual e municipal vigente.
- 6.6. O local deverá possuir infraestrutura compatível com a adequada execução dos serviços, incluindo área de recepção, espaço para acomodação dos usuários, cozinha industrial equipada, área de manipulação e preparo de alimentos, setor de higienização, armazenamento de insumos secos, refrigerados e congelados, sanitários, área de descarte de resíduos e demais ambientes necessários à correta operação.
- 6.7. A estrutura física deverá atender às exigências da Vigilância Sanitária, Corpo de Bombeiros, legislação ambiental e normas de segurança do trabalho, devendo a contratada manter atualizados todos os alvarás, licenças, certificados e autorizações exigíveis para funcionamento regular da atividade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.8. O ambiente destinado ao atendimento deverá oferecer condições adequadas de conforto, ventilação, iluminação, limpeza, organização, acessibilidade e segurança aos usuários, garantindo instalações apropriadas para consumo das refeições, inclusive mesas, cadeiras, utensílios e fluxo operacional compatível com a demanda contratada.

6.9. A cozinha e áreas de manipulação deverão ser dotadas de equipamentos, mobiliários e utensílios industriais em quantidade e qualidade suficientes para assegurar preparo seguro, eficiente e contínuo das refeições, incluindo fogões industriais, fornos, balcões térmicos, câmaras frias ou refrigeradores, freezers, pias específicas, exaustão, bancadas apropriadas e equipamentos de proteção.

6.10. Os balcões de distribuição deverão manter controle adequado de temperatura para conservação dos alimentos quentes e frios, observando padrões sanitários que garantam a segurança alimentar durante todo o período de fornecimento.

6.11. O estabelecimento deverá possuir sistema regular de abastecimento de água potável, energia elétrica, esgotamento sanitário e manejo adequado de resíduos sólidos e orgânicos, em conformidade com as exigências legais e ambientais.

6.12. A contratada deverá assegurar rigoroso controle de higienização das instalações, equipamentos, utensílios e áreas comuns, mantendo rotinas periódicas de limpeza, sanitização e controle de pragas urbanas, devidamente comprovadas por documentação técnica quando exigido.

6.13. O local deverá possuir capacidade operacional suficiente para atender quantitativamente e qualitativamente às demandas da Administração Municipal, sem prejuízo à qualidade dos serviços, ao tempo de atendimento ou às condições de segurança alimentar.

6.14. Deverá ser garantida a adequada logística de atendimento, incluindo organização de filas, reposição contínua de alimentos, disponibilidade de utensílios, higiene permanente e manutenção da qualidade durante todo o período de funcionamento.

6.15. A contratada será integralmente responsável pela manutenção preventiva e corretiva da estrutura física, equipamentos e instalações utilizados na execução contratual, assegurando perfeitas condições de uso durante toda a vigência do contrato.

6.16. Eventuais inadequações estruturais, sanitárias ou operacionais identificadas pela Administração ou órgãos fiscalizadores deverão ser corrigidas imediatamente pela contratada, sob pena de aplicação das sanções administrativas, contratuais e legais cabíveis.

6.17. O espaço destinado ao consumo das refeições deverá possuir quantidade suficiente de mesas e cadeiras em bom estado de conservação, higienizadas, resistentes e adequadas ao número estimado de usuários, proporcionando acomodação apropriada, conforto e organização no atendimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.18. As mesas, cadeiras e demais mobiliários deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso, limpeza, estabilidade e segurança, sendo responsabilidade exclusiva da contratada sua manutenção, reposição e higienização contínua.

6.19. A contratada deverá fornecer talheres completos, incluindo garfos, facas, colheres, pratos, bandejas, copos, guardanapos e demais utensílios necessários ao consumo adequado das refeições, todos em quantidade compatível com a demanda, devidamente higienizados e em conformidade com as normas sanitárias vigentes.

6.20. Os utensílios disponibilizados deverão apresentar padrões mínimos de qualidade, conservação e segurança, sendo vedada a utilização de materiais danificados, inadequados ou que comprometam a experiência dos usuários e a segurança alimentar.

6.21. O local para servir as refeições deverá ser estruturado com balcões apropriados para sistema self-service, organizados de forma funcional, permitindo fluxo eficiente, seguro e higiênico dos usuários, minimizando filas, aglomerações e riscos de contaminação.

6.22. Os balcões de distribuição deverão contar com equipamentos adequados para manutenção da temperatura e conservação dos alimentos, garantindo qualidade, segurança sanitária e apresentação apropriada durante todo o período de atendimento.

6.23. A contratada deverá assegurar a disponibilização de cardápio variado, balanceado e nutricionalmente adequado, garantindo diversidade alimentar suficiente para atender de forma satisfatória os usuários, observando padrões de qualidade, segurança alimentar, apresentação e aceitabilidade.

6.24. O cardápio deverá ser composto, de forma rotativa e equilibrada, por diferentes opções de proteínas, carboidratos, legumes, verduras, saladas, acompanhamentos e sobremesas, evitando repetitividade excessiva e proporcionando refeições diversificadas ao longo da execução contratual.

6.25. Entre as opções de pratos principais, deverão ser ofertadas variedades de carnes bovinas, suínas, aves e peixes, preparados sob diferentes formas, tais como assados, grelhados, cozidos, ensopados ou refogados, podendo incluir, exemplificativamente: arroz carreteiro, carne assada, frango grelhado, filé de peixe, carne de panela, estrogonofe, almôndegas, lasanhas, entre outros.

6.26. Como acompanhamentos básicos, deverão ser disponibilizados itens como arroz branco, arroz temperado, feijão, macarrão, purês, farofas, legumes cozidos, mandioca, batatas, polenta, entre outros alimentos compatíveis com refeições balanceadas.

6.27. O serviço deverá contemplar variedade de saladas e vegetais frescos, incluindo folhas, legumes crus e cozidos, vegetais sazonais e preparações frias diversas, assegurando opções saudáveis e adequadas às boas práticas nutricionais.



6.28. Deverão ser ofertadas sobremesas variadas, podendo incluir frutas da estação, doces simples, gelatinas, mousses ou preparações equivalentes, conforme planejamento alimentar e disponibilidade operacional.

6.29. O planejamento do cardápio deverá observar critérios de equilíbrio nutricional, sazonalidade, qualidade dos insumos, aceitabilidade do público atendido e padrões sanitários, podendo ser solicitado pela Administração ajuste ou substituição de itens quando necessário ao interesse público.

Fornecimento de refeições prontas Marmitex:

6.30. A contratada deverá fornecer refeições prontas acondicionadas em embalagens individuais do tipo marmitex, destinadas ao atendimento de servidores públicos municipais, equipes operacionais, trabalhadores em campo, ações externas, serviços itinerantes, obras, campanhas e demais atividades institucionais desenvolvidas fora das dependências administrativas ou em locais onde o deslocamento para alimentação convencional se revele inviável ou economicamente desvantajoso.

6.31. As refeições deverão ser preparadas em conformidade com rigorosos padrões sanitários, nutricionais e de qualidade, observando integralmente as normas da Vigilância Sanitária, segurança alimentar, higiene, conservação, acondicionamento e transporte aplicáveis.

6.32. Cada marmitex deverá ser composta por refeição balanceada, variada e suficiente para suprir adequadamente as necessidades alimentares dos usuários, contendo, minimamente, arroz, feijão, proteína animal ou equivalente, guarnições, legumes ou saladas, podendo incluir sobremesa ou complemento, conforme especificações da Administração.

6.33. O cardápio deverá apresentar variedade periódica, evitando repetitividade excessiva, garantindo diversidade nutricional e qualidade dos alimentos ofertados, com exemplos de refeições que podem incluir carnes bovinas, aves, peixes, massas, arroz temperado, legumes, purês, farofas e demais preparações compatíveis.

6.34. As porções de carnes (proteínas) deverão ser servidas em quantidades equivalentes a aproximadamente 125g por pessoa, devendo apresentar variedade, podendo incluir, entre outras opções:

- a) frango a passarinho;
- b) bife bovino acebolado;
- c) carne de panela.

6.35. Os acompanhamentos deverão incluir, no mínimo, arroz, feijão e opções variadas, tais como macarrão (alho e óleo ou ao molho), batata, purê de batata, polenta, farofa e legumes refogado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.36. Os legumes deverão ser variados, podendo incluir cenoura, vagem, chuchu, abobrinha, batata, entre outros.

6.37. As refeições deverão ser acompanhadas de maionese e saladas variadas:

a) A salada deverá ser fornecida separadamente das demais preparações, acondicionada em recipiente adequado e em quantidade suficiente para atender ao total de marmitex solicitadas, observando-se as seguintes gramaturas aproximadas:

i) marmitex grande: 1.100g;

ii) marmitex média: 750g;

iii) marmitex pequena: 500g.

6.38. As refeições do tipo deverão ser acondicionadas em recipientes apropriados, capazes de manter a temperatura ideal para consumo, devendo ser disponibilizadas nos tamanhos grande, médio e pequeno, conforme a demanda.

6.39. Cada refeição deverá ser acompanhada de garfo, faca e guardanapos descartáveis, devidamente acondicionados e em condições adequadas de uso.

6.40. A CONTRATADA deverá garantir que o transporte das refeições seja realizado em condições adequadas de higiene e conservação, utilizando veículos e recipientes apropriados, de modo a preservar a qualidade e segurança dos alimentos até o momento da entrega.

6.41. As refeições deverão ser entregues nos locais e horários previamente estabelecidos pela Administração, sendo vedados atrasos que comprometam a execução das atividades institucionais.

6.42. A CONTRATADA deverá substituir, de forma imediata, qualquer refeição que apresente inadequação quanto à qualidade, quantidade, temperatura ou condições de consumo, sem ônus adicional para a Administração.

Fornecimento de mão de obra para preparo e manipulação de alimentos em eventos:

6.43. A equipe mínima a ser disponibilizada deverá ser composta por, no mínimo, 01 (uma) profissional na função de cozinheira e 02 (duas) auxiliares de cozinha, devidamente qualificadas para o desempenho das atividades inerentes ao preparo, manipulação e organização dos alimentos, em conformidade com as normas sanitárias vigentes.

6.44. A unidade de medida corresponde à quantidade de refeições preparadas por pessoa atendida, conforme demanda de cada evento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.45. A execução dos serviços refere-se exclusivamente ao fornecimento de mão de obra especializada para elaboração, preparo e organização do cardápio previamente definido pela Administração, sendo de responsabilidade desta o fornecimento dos gêneros alimentícios necessários.

6.46. Compete à CONTRATADA a execução das atividades de preparo, manipulação, organização, porcionamento e apoio na distribuição dos alimentos durante os eventos, garantindo condições adequadas de higiene, segurança alimentar e apresentação.

6.47. Os profissionais deverão atuar em conformidade com as boas práticas de manipulação de alimentos, utilizando vestimenta adequada, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), quando aplicável, e mantendo padrões rigorosos de higiene pessoal.

6.48. Opções de Cardápio para Seleção (referencial para execução):

a) Carne bovina: bifes a rolê; stroganoff; bife à milanesa; carne ao molho madeira; carnes assadas e recheadas.

b) Ave: coxa e sobrecoxa assadas com batata; filé de frango à milanesa.

c) Peixe: assado; à milanesa; ao molho.

d) Pratos Frios: salada verde; salada de tomate com cebola; salada de repolho com abacaxi; tabule e Maionese.

e) Prato Quente: creme de milho; rondelli; lasanha.

f) Acompanhamentos: arroz branco ou temperado; feijão carioca ou feijão gordo/temperado com embutidos; farofa temperada; macarronada ao molho bolonhesa ou molho branco.

6.49. A CONTRATADA deverá substituir imediatamente qualquer profissional que não atenda aos requisitos exigidos ou que apresente conduta inadequada, sem prejuízo à execução dos serviços.

6.50. A CONTRATADA será integralmente responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários e demais obrigações legais relativas aos profissionais disponibilizados, não havendo vínculo com a Administração Pública.

6.51. Os profissionais deverão seguir rigorosamente as normas sanitárias, sendo vedada a atuação em condições que comprometam a segurança alimentar, podendo a fiscalização impedir a permanência no local.

Locação de utensílios de mesa para eventos:

6.52. O objeto deste lote compreende a locação de utensílios de mesa destinados à realização de eventos institucionais, incluindo toalhas, talheres, pratos, copos, taças e demais itens necessários ao adequado atendimento das demandas das Secretarias Municipais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.53. Os utensílios deverão ser fornecidos em quantidade suficiente para atender ao número de participantes de cada evento, conforme solicitação prévia da Administração.

6.54. Todos os itens deverão ser entregues em perfeitas condições de uso, devidamente higienizados, livres de danos, manchas, odores ou quaisquer inconformidades que comprometam sua utilização.

6.55. Compete à CONTRATADA o transporte, entrega, montagem (quando aplicável), recolhimento e retirada dos utensílios no local do evento, nos prazos e horários definidos pela Administração.

6.56. Os utensílios deverão atender a padrões adequados de qualidade, conservação e apresentação, compatíveis com a natureza dos eventos institucionais.

6.57. A higienização dos utensílios deverá ser realizada pela CONTRATADA, em conformidade com as normas sanitárias vigentes, antes da entrega e após o recolhimento dos itens.

6.58. A CONTRATADA deverá assegurar a reposição imediata de utensílios que apresentem defeitos, avarias ou condições inadequadas de uso, sem ônus adicional para a Administração.

6.59. A unidade de medida para a locação dos utensílios será por unidade de item, conforme especificações estabelecidas no instrumento contratual.

6.60. Os utensílios deverão ser compatíveis entre si, garantindo padronização visual e funcional durante os eventos.

6.61. A CONTRATADA será responsável pela substituição de utensílios danificados antes da entrega, não sendo imputados à Administração eventuais desgastes decorrentes do uso regular durante os eventos.

6.62. Os prazos de entrega e retirada deverão ser rigorosamente cumpridos, sendo vedados atrasos que possam comprometer a realização dos eventos ou a organização das atividades institucionais.

6.63. A execução dos serviços deverá ocorrer conforme a demanda da Administração, inclusive em finais de semana e feriados, mediante prévia solicitação.

Dos prazos e das condições fornecimento:

6.64. O prazo para o fornecimento das **refeições self-service** será imediato a solicitação, devendo ser servida no estabelecimento comercial da contratada, nas quantidades constantes na programação expedida pelo responsável do requerente e conforme solicitação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.65. Para o fornecimento das refeições self-service o estabelecimento comercial da contratada deverá estar localizado no perímetro urbano do município de Borrazópolis/PR.

6.66. A empresa deverá manter o horário mínimo de funcionamento de 2ª a 6ª feira e aos sábados, domingos e feriados das 11:00 às 13:30 horas e das 18:00 às 22:00 horas, para fornecimento de refeições em self-service.

6.67. O prazo para o fornecimento das **refeições em marmitex** será de no máximo **01 (uma) hora**, contados a partir do envio e recebimento da solicitação de despesa ou nota de empenho.

6.68. A empresa deverá fornecer marmitex de 2ª a 6ª feira e aos sábados, domingos e feriados das 11:00 às 13:30 horas e das 18:00 às 22:00 horas.

6.69. O objeto desta contratação poderá ser entregue em dias úteis conforme solicitação de despesa ou nota de empenho, nos seguintes locais:

- a) Prefeitura do Município de Borrazópolis, Praça da República, n.º 28, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;
- b) Secretaria de Agricultura, Rua Vereador Antônio de Santana, n.º 10, Vila Roma, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;
- c) Pátio de Máquinas, Final da Avenida Rio Grande do Sul, n.º 1135, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;
- d) Secretaria de Saúde, Praça da República, n.º 462, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;
- e) Hospital Municipal, Avenida Rio Grande do Sul, n.º 102, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;
- f) Clínica da Mulher, Rua São Paulo, n.º 190, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;
- g) Centro de Abastecimento Farmacêutico – CAF, Rua Pernambuco, n.º s/n, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;
- h) Posto de Saúde Vila Verde 2, Avenida Brasil, n.º 56, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;
- i) Posto de Saúde Vila Roma, Rua Vereador Antônio de Santana, n.º 711, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;
- j) Secretaria de Assistência Social, Rua São Paulo, n.º 485, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;
- k) Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), Rua São Paulo, n.º 220, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

- l) Conselho Tutelar, Rua São Paulo, n.º 1.214, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;
- m) Salão da 3º Idade, Praça da República, n.º s/n, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;
- n) Centro de Convivência, Rua Independência, n.º s/n, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;
- o) Secretaria de Educação, Avenida Brasil, n.º 711, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;
- p) Escola Municipal Dom Bosco, Rua Rio Grande do Norte, n.º 1002, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;
- q) CMEI Meu Pequeno Príncipe, Avenida Paraná, n.º s/n, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;
- r) CMEI Irineuza Batista do Prado, Rua São João, n.º 57, Bairro Jardim Belo Horizonte, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná;
- s) Escola Municipal Júlia Ferezim Begali, Avenida José Naline, n.º 555, centro, CEP 86.925-000, cidade de Borrazópolis - Estado do Paraná.

6.70. Ou em outro local previamente indicado pela Administração Pública Municipal, conforme especificado na respectiva solicitação formal emitida pelo setor demandante, observadas as necessidades operacionais, logísticas e institucionais pertinentes à execução do objeto contratado.

6.71. O prazo para a execução dos **serviços de preparo das refeições dos Eventos (do Lote 02)**:

6.72. Os locais serão previamente designados pela contratante e informados à contratada com a antecedência necessária à montagem da estrutura, de no mínimo de **05 (cinco) dias úteis** antes da realização do evento, através da emissão da ordem de serviço.

6.73. As refeições deverão ser preparadas no máximo de **02 (duas) horas** antes do horário previsto para realização do evento, conforme emissão da ordem de serviço.

6.74. O objeto desta contratação deverá ser fornecido em dias úteis, finais de semana e feriados, conforme a demanda das Secretarias Municipais, mediante prévia autorização dos respectivos Secretários.

6.75. Da **Locação de utensílios (Lote 03)**:

6.76. Os locais serão previamente designados pela contratante e informados à contratada com a antecedência necessária à montagem da estrutura, de no mínimo de **05 (cinco) dias úteis** antes da realização do evento, através da emissão da ordem de serviço.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.77. A CONTRATADA deverá realizar a entrega dos utensílios no local indicado pela Administração, com antecedência mínima necessária para a adequada organização do evento, conforme cronograma previamente estabelecido.

6.78. Após a realização do evento, a CONTRATADA deverá proceder ao recolhimento dos utensílios no prazo e horário previamente definidos, não podendo ser superior à 24 (vinte e quatro) horas contados do termino do evento, responsabilizando-se pelo transporte e retirada dos itens.

Das Alterações

6.79. Eventuais alterações reger-se-ão pelas regras do CAPÍTULO VII - DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS do TÍTULO III - DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, da Lei n.º 14.133, de 2021.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei n.º 14.133/21)

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, e do método de aferição dos resultados, dentre outros.

Da Fiscalização



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

Fiscalização Técnica

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

7.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

7.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário

7.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

7.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g” da Lei n.º 14.133/21)

Do Recebimento

8.1. Os serviços/fornecimentos serão recebidos provisoriamente, responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) e Termo de Recebimento assinado pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de 03 (três) dias.

8.2. Os serviços/fornecimentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 03 (três) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação dos serviços e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n.º 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Prazo de pagamento

8.8. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, no prazo máximo de 20 (vinte dias) úteis, a contar da liquidação da despesa.

8.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.11. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

Liquidação

8.12. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

8.13. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.14. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;
- d) O período respectivo de execução do contrato;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.15. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

8.16. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.

8.17. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa n.º 3, de 26 de abril de 2018).

8.18. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

8.19. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.20. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.21. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea “h” da Lei n.º 14.133/21)

Da modalidade e critério de julgamento

9.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, pelo sistema REGISTRO DE PREÇOS, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO – POR LOTE.

Exigências de habilitação

9.2. Os requisitos de qualificação e habilitação serão previstos no edital, detalhando as regras que serão aplicadas em conformidade com Lei n.º 14.133, de 2021, devendo ser exigidos os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica (Art. 66, Lei 14.133/21);

Habilitação Técnica (Art. 67, Lei 14.133/21);

Habilitação fiscal, social e trabalhista (Art. 68, Lei 14.133/21);

Habilitação Econômico-Financeira (Art. 69, Lei 14.133/21);

Declarações e outros documentos necessários.

Requisitos contratuais

9.3. Previamente à celebração do contrato a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

- a) SICAF ou certidões fiscais;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

9.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.5. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea “j” da Lei n.º 14.133/21)

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, a seguir:

Recurso: <input checked="" type="checkbox"/> Municipal <input type="checkbox"/> Recurso Estadual <input type="checkbox"/> Recurso Federal Categoria Econômica: <input checked="" type="checkbox"/> Corrente/Custeio <input type="checkbox"/> Capital/Investimento		
<u>Reduz.</u>	<u>Programática</u>	<u>Fonte</u>
74	03.006.04.122.0021.2.056.3.3.90.39.00.00.	1000



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

75	03.006.04.122.0021.2.056.3.3.90.39.00.00.	1045
76	03.006.04.122.0021.2.056.3.3.90.39.00.00.	1510
119	04.017.04.122.0025.2.103.3.3.90.39.00.00.	1000
120	04.017.04.122.0025.2.103.3.3.90.39.00.00.	1065
132	04.017.15.452.0325.1.201.3.3.90.39.00.00.	1000
133	04.017.15.452.0325.1.201.3.3.90.39.00.00.	1511
164	04.017.26.782.0575.2.022.3.3.90.39.00.00.	1000
172	04.033.26.782.0582.2.105.3.3.90.39.00.00.	1000
400	07.013.12.361.0188.2.106.3.3.90.39.00.00.	1103
419	07.013.12.361.0188.6.001.3.3.90.39.00.00.	1103
420	07.013.12.361.0188.6.001.3.3.90.39.00.00.	1104
579	10.044.26.782.0576.2.104.3.3.90.39.00.00.	1000
580	10.044.26.782.0576.2.104.3.3.90.39.00.00.	1045
581	10.044.26.782.0576.2.104.3.3.90.39.00.00.	1065

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O edital, a Ata de Registro de Preços ou outro instrumento hábil que o substitua oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à contratação.

Borrazópolis/PR, 22 de abril de 2026.

Cristiano da Silva Stapait
Secretário Municipal de Agropecuária, Meio

Cleide da Silva Michelin
Secretária Municipal de Educação



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951
CNPJ: 75.740.829/0001-20

Ambiente e Turismo

Cesar Santos Soares

Secretário Municipal Esportes, Lazer e
Cultura

André Luiz Pereira

Secretário Municipal de Saúde

Regina Marileide Giardini Ramalho

Secretária Municipal de Desenvolvimento
e Assistência Social

Josiane Aparecida dos Santos

Secretária Municipal de Administração e
Finanças

Edson Donizete Domingos

Secretário Municipal de Obras,
Viação e Serviços Urbanos

Valter Iszczuk

Secretário Municipal de Transportes e
Manutenção de Veículos